

FACULDADE SANTO ANTÔNIO

ANTONIO FREITAS

**USO ABUSIVO DO CONTRACEPTIVO DE EMERGÊNCIA EM
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Caçapava – São Paulo
2021

ANTONIO MARCOS FREITAS

**USO ABUSIVO DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA EM
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade Santo Antônio, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Msc. Simone Carolina Soares

CAÇAPAVA – SP
2021

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário(a) com CRB

ANTONIO FREITAS

**USO ABUSIVO DE CONTRACEPTIVOS DE EMERGÊNCIA EM
ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade Santo Antônio, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Farmácia.

Orientador: Simone Carolina Soares Petri/
Daniele de Souza Fernandes.

Caçapava, junho de 2021

Avaliação/nota:

BANCA EXAMINADORA

Titulação e Nome	Nome da instituição

Titulação e Nome	Nome da instituição

Titulação e Nome	Nome da instituição

AGRADECIMENTOS

DEDICATÓRIA

ΕΠΪΓΡΑΦΕ

RESUMO

O quantitativo de mães adolescentes é expressivo no Brasil e, diante da concepção da gravidez na adolescência enquanto um problema público, a instrumentalização legal para a minimização do fenômeno pode ser observada. Todavia, ainda assim os métodos de prevenção da gravidez são ignorados por esses adolescentes e, nesse sentido, os mesmos procuram os métodos de Contracepção de Emergência como um paliativo para evitar uma situação imprevista: a gravidez na adolescência. Delimitou-se como tema o uso abusivo dos contraceptivos de emergência entre os adolescentes. A questão-problema que norteou o presente estudo foi: quais são as principais causas que levam o público adolescente a fazer uso dos contraceptivos de emergência? A presente pesquisa encontra a sua relevância no âmbito acadêmico-científico ao corroborar com a amplificação da compreensão sobre os contraceptivos de emergência no público-alvo elencado para a realização do estudo servindo, dessa forma, como aporte teórico para a realização de pesquisas futuras. Para o âmbito social, tende a aprimorar os conhecimentos do público adolescente sobre os impactos negativos do uso desenfreado dos contraceptivos de emergência. Estabeleceu-se como objetivo geral investigar a utilização de contraceptivos entre os adolescentes. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, de abordagem descritiva e caráter qualitativo. Ao final dessa pesquisa, conclui-se que o CE é um método utilizado como último recurso para os casos de gravidez indesejada. No que diz respeito ao público adolescente, o uso exagerado do método está relacionado a fatores externos – tais como os baixos níveis de educação, educação sexual, renda econômica e acesso a um sistema de saúde de qualidade – e individuais, tais como a pressão social e o início precoce da atividade sexual.

Palavras-chave: Contracepção de emergência. Grávidas na adolescência. Pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT

The number of adolescent mothers is significant in Brazil and, in view of the conception of pregnancy in adolescence as a public problem, the legal instrumentalization for the minimization of the phenomenon can be observed. However, even so, pregnancy prevention methods are ignored by these adolescents and, in this sense, they seek Emergency Contraception methods as a palliative to avoid an unforeseen situation: early pregnancy. The abusive use of emergency contraceptives among adolescents was delimited as a theme. The question-problem that guided this study was: what are the main causes that lead adolescents to use emergency contraceptives? This research finds its relevance in the academic-scientific field when it corroborates the expansion of the understanding about emergency contraceptives in the target audience listed for the study, thus serving as theoretical support for future research. For the social scope, it tends to improve the knowledge of the adolescent public about the negative impacts of the unrestrained use of emergency contraceptives. The general objective was to investigate the use of contraceptives among adolescents. The methodology used was a bibliographic research, with a descriptive and qualitative approach. At the end of this research, it is concluded that EC is a method used as a last resort for cases of unwanted pregnancy. With regard to the adolescent public, the exaggerated use of the method is related to external factors - such as low levels of education, sexual education, economic income, and access to a quality health system - and individual factors, such as social pressure and the early onset of sexual activity.

Keywords: Emergency contraception. Teenage pregnancy. Bibliographic research.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	TEMA	11
1.2	DELIMITAÇÃO DO TEMA	11
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.4	JUSTIFICATIVA	12
1.5	OBJETIVOS	12
1.5.1	Objetivo Geral	12
1.5.2	Objetivos Específicos	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ASPECTOS SOCIOCULTURAIS	15
2.2	O USO ABUSIVO DO CONTRACEPTIVO DE EMERGÊNCIA	21
2.3	RISCOS À SAÚDE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	26
3	METODOLOGIA	30
3.1	LEVANTAMENTO DE DADOS	30
3.2	PESQUISA DE PUBLICAÇÕES	30
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase intermediária entre a infância e a vida adulta. Durante essa fase há o início de experiências próprias a fim de questionar as estruturas que o cerca, construir a própria identidade, determinar os seus gostos, avaliar as suas expectativas para a vida adulta e delimitar os próprios limites. Alterações nos âmbitos social, cultural, psicológico e biológico estão intrínsecas a esse processo que ocorre entre os 12 e os 18 anos.

A alteração dos níveis hormonais acarreta no aumento da libido e, diante das sensações desconhecidas e das pressões externas decorrentes da necessidade de autoafirmação dentro do círculo social, o adolescente tem dado início à vida sexual de forma prematura – e, por vezes, sem qualquer proteção. Em meio à relação conturbada entre o âmbito sociobiológico e a formação da própria identidade, o indivíduo avança rumo à fase adulta.

O quantitativo de mães adolescentes é expressivo no Brasil e, diante da concepção da gravidez na adolescência enquanto um problema público, a instrumentalização legal para a minimização do fenômeno pode ser observada. Dentre estas, as políticas de distribuição de preservativos e as aulas de educação sexual são alternativas viáveis para a expansão do conhecimento do adolescente acerca de uma vida sexual saudável. Todavia, ainda assim os métodos de prevenção da gravidez são ignorados por esses adolescentes e, nesse sentido, os mesmos procuram os métodos de Contracepção de Emergência como um paliativo para evitar uma situação imprevista: a gravidez precoce.

1.1 TEMA

Considerando o exposto, definiu-se como tema da presente pesquisa a gravidez na adolescência.

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Para a delimitação do tema especificou-se o uso abusivo dos contraceptivos de emergência entre os adolescentes.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A questão-problema que norteou o presente estudo foi: quais são as principais causas que levam o público adolescente a fazer uso dos contraceptivos de emergência?

1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa encontra a sua relevância no âmbito acadêmico-científico ao corroborar com a amplificação da compreensão sobre os contraceptivos de emergência no público-alvo elencado para a realização do estudo servindo, dessa forma, como aporte teórico para a realização de pesquisas futuras. Para o âmbito social, tende a aprimorar os conhecimentos do público adolescente sobre os impactos negativos do uso desenfreado dos contraceptivos de emergência. Nesse sentido, concebe-se que a realização da presente pesquisa justifica-se ao contribuir com a saúde pública.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Para a realização da presente pesquisa definiu-se enquanto objetivo geral investigar a utilização de contraceptivos entre os adolescentes.

1.5.2 Objetivos Específicos

Três objetivos específicos foram estipulados:

a) Refletir acerca das influências sociais no fenômeno da gravidez na adolescência;

b) Compreender os riscos do uso descontrolado do contraceptivo de emergência para a saúde dos corpos femininos; e

c) Relacionar os problemas de saúde a curto, médio e longo prazos causados pelo uso indiscriminado de contraceptivos de emergência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Contraceção de Emergência (CE) é um método utilizado para a evitação da gravidez indesejada após o ato sexual. Segundo Da Silva Lacerda (2019, p. 380):

O CE, também conhecido como “pílula do dia seguinte”, é um medicamento comercializado no Brasil para evitar gravidez indesejada, e é considerado eficaz para circunstâncias excepcionais, como a falha ou uso inadequado de outro anticoncepcivo e em casos abuso sexual. A substância hormonal é o levonorgestrel, um progestágeno isolado, que é administrado após a relação sexual, no prazo máximo de até 120 horas (SOUSA; SOARES; FEIJÓ. FONTELES, 2016). A procura pelo CE tem se expandido consideravelmente nos últimos anos. Esse aumento pode ser justificado pela facilidade em encontrar o CE em farmácias e drogarias, e da dispensabilidade da receita médica para compra-lo, o que infringe as normas recomendadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que emprega a mediação deste documento para dispensação do medicamento. A falta de conhecimento de mulheres acerca da pílula do dia seguinte também é um fator que induz o consumo exagerado desse método (BRANDÃO; et al., 2016).

No Brasil, o uso e a venda do método teve início nos anos 1990, sendo desde então utilizado em grande parte por mulheres que a) não utilizaram um método anticoncepcional; b) obtiveram a falha de um método anticoncepcional de uso frequente; e c) segundo Paiva e Brandão (2012), foram vítimas de violência sexual. O funcionamento do método é baseado, de forma resumida, no interrompimento da ovulação e, como consequência, o impedimento da fecundação.

A Contraceção de Emergência (CE) consiste na ingestão de uma substância hormonal, o levonorgestrel isolado, que deve ser tomada até 120 horas após uma relação sexual desprotegida sendo, no entanto, mais eficaz quanto mais precocemente for instituída. [...] pode ser usada em situações com risco de gravidez como no uso inadequado de método anticoncepcional regular, no rompimento de preservativo ou após um ato de violência sexual. (DE SOUSA; CIPRIANO, 2019, p. 2398).

Paiva e Brandão (2012) alegam que a efetividade do método foi alcançada na década de 1990 e, desde então, houve um significativo aumento na sua

popularidade. Cabe ressaltar, acerca do exposto pelos autores, que a crescente popularidade do medicamento não está desassociada dos fatores externos. A ausência de conhecimento acerca dos métodos anticoncepcionais ou, ainda, do descaso populacional com a sua utilização correta, são fatores determinantes para esse fenômeno. Ademais, condições de renda, educação, cultura e saúde pública de dadas áreas também influenciam o fato.

O uso após o ato sexual levou a sua associação com medicamentos abortivos, até mesmo entre profissionais que o dispensam ou prescrevem. A mídia de massa contribui para aumentar a confusão, ao misturar preocupações sobre moralidade sexual, uso inapropriado da CE e medo do aumento das doenças sexualmente transmissíveis (DST) pela ausência do preservativo (SOUZA; BRANDÃO, 2009; BISSEL et al., 2006). Diante disso, a Organização Mundial de Saúde (OMS), juntamente com outras instituições atuantes no campo da saúde sexual e reprodutiva, criou em 1995 o Consórcio Internacional de Anticoncepção de Emergência, com a intenção de desenvolver estratégias para ampliar a provisão desse método em vários países, especialmente naqueles em desenvolvimento. (PAIVA; BRANDÃO, 2012, p. 19).

O método farmacológico serve, portanto, para as mulheres que não desejam engravidar. Os motivos da ausência de desejo de viver o processo da gravidez, todavia, são variados, assim como as causas que ocasionam o uso do medicamento. Pensando na complexidade desse tópico, optou-se por dividir esse capítulo em três subseções: *Gravidez na Adolescência: aspectos socioculturais*, *O Uso Abusivo do Contraceptivo de Emergência* e, por fim, *Riscos à Saúde da Gravidez na Adolescência*.

2.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: ASPECTOS SOCIOCULTURAIS

O desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação sexual vem se estabelecendo enquanto potente instrumento de combate ao desconhecimento acerca desse tópico. A adolescência, faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos (BRASIL, 1990, 2007), é composta por indivíduos que têm sido público-

alvo das ações governamentais. Campanhas de distribuição de preservativos e anticoncepcionais, educação sexual e combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST) têm como objetivo alertar esses adolescentes das consequências dos comportamentos sexuais de risco.

Para Gonçalves et al. (2015) a adolescência é uma fase transicional para o sujeito que está em um processo de descoberta das suas preferências e necessidades. Durante esse período, mudanças psicobiológicas e comportamentais são observadas tanto em âmbito individual quanto em âmbito social. Em decorrência dessas alterações as individualidades são construídas a partir de parâmetros de referência, onde o adolescente adequa a si próprio segundo os componentes que o cerca.

Mediante as referidas transições, o que ocorre é a necessidade de observar e compreender o indivíduo adolescente a partir da sua individualidade. Explica-se. Os contextos nos quais a identidade do sujeito se desenvolve são determinantes para a consolidação desse processo e a permanência de tal identidade após o período – que constituirá na identidade do adolescente quando este atingir a fase adulta. De outra forma, pode-se assumir:

[...] temos de falar não da adolescência, mas das adolescências, que são definidas por aquilo que está ao redor, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura. Trabalhar com essa perspectiva é passar a fazer perguntas a respeito do sujeito sobre o qual estamos falando, nas dimensões social, político-institucional e pessoal, e, a partir daí, identificar questões que podem aumentar o grau de vulnerabilidade dos adolescentes frente aos riscos, tais como: questões de gênero cruzadas com raça/etnia e classe social; condições de vida; condições de saúde; acesso ou não à informação; insuficiência de políticas públicas em saúde e educação, etc. (BRASIL, 2007, p. 9).

A perspectiva da compreensão do adolescente, portanto, deve se dar a partir da subjetividade desses indivíduos. Enquanto grupo, poder-se-ia executar as políticas públicas (PP) de forma unificada, todavia uma mesma PP sobre determinado grupo possui impactos diversos. Isso ocorre, por certo, devido à pluralidade de existências que um grupo único pode abranger. O que Gonçalves et al. (2015, p. 2) concebem sob esse tópico é que as “mudanças nesse período estão

vinculadas ao aprendizado da sociabilidade, dos modelos de gêneros, dos valores, das moralidades sociais e das dificuldades advindas” e, a partir disso, o adolescente passa a ser vulnerável. Essa vulnerabilidade, por sua vez, ao ser detectada enquanto problema público, requer ações do poder público para a sua diminuição.

É em busca dessa identidade, ou seja, a construção de uma forma individual mais ou menos capaz de dar-lhe condições de conviver numa sociedade que valoriza o indivíduo, que o adolescente contemporâneo irá buscar referências e experimentá-las durante toda essa fase. Desta forma, a mídia, haja vista seu alto poder de penetração social, cumpre papel fundamental no que diz respeito à formação das representações sociais e, conseqüentemente, da construção de identidade do adolescente. (QUIROGA; VITALLE, 2013, p. 867).

O que Quiroga e Vitalle (2013) levantam enquanto pressuposto teórico é que o adolescente busca, durante essa fase, referências externas próximas e distantes para construir os seus símbolos. Moya (2014) aponta que, sob os preceitos de Leslei White, a interligação entre a cultura de um sujeito e os seus símbolos é aquilo que constitui a significância de uma coisa ou de um ato. Para a autora:

[...] Ou seja, a capacidade simbólica é para os seres humanos uma característica essencial [...] podemos dizer que a experiência do simbólico é experiência de um fragmento de ser que nos traz uma ordem inteira, e a qual nos transborda. O simbólico nos leva através de uma experiência evocativa, onde encontramos a aparência de algo inefável, a vinda de um significado que se apresenta para nós de forma sugestiva, sem se esgotar. (MOYA, 2014, p. 17, tradução livre feita pelo autor¹).

Esses símbolos podem ser figuras midiáticas – como é o caso dos atores famosos das séries e novelas – pessoas com relevância social ou reconhecidos por quaisquer façanhas pessoais e/ou profissionais. Frequentemente, ainda no que diz respeito aos símbolos e influências, o indivíduo no qual o adolescente se espelha trata-se de um outro adolescente. Isso pode ocorrer em casos em que o adolescente-símbolo possui algum reconhecimento público ou aprovação entre os

¹Do original em espanhol: [...] Esto es, la capacidad simbólica es para los seres humanos una característica esencial [...] podemos decir que la experiencia de lo simbólico es experiencia de un fragmento de ser que nos evoca a un orden íntegro, el cual nos desborda. Lo simbólico nos lleva a través de una experiencia evocadora, donde hallamos la aparición de algo inefable, la venida de un sentido que se nos muestra de manera sugerente, sin agotarse.

outros indivíduos do grupo. A popularidade, sendo um fator importante para a aceitação social do adolescente, exerce uma potente influência sobre o arquétipo que cada indivíduo adotará para a própria personalidade a fim de se incluir socialmente entre os seus pares. O que esse fenômeno acarreta é, evidentemente, a adoção de comportamentos desprovidos de qualquer reflexão e conhecimento.

Embora seja possível assumir a adolescência como uma fase instável, concebe-se, em paralelo, que a subjetividade do indivíduo é fundamental no processo da elaboração de instrumentos que possibilitem a maior disseminação de conhecimento para este público-alvo. Por certo essa é uma das evoluções que o presente século propiciou. A fim de compreender como a adolescência era vista há até pouco tempo, a presente pesquisa esbarrou nos pressupostos teóricos de Salles (1995 *apud* Quiroga e Vitalle, 2013, p. 872) sobre os conceitos acerca do adolescente na década de 1960 e os estudos nas duas décadas seguintes:

Na década de 60, predominou a ideia de adolescência como época de contestação social. A ética social pela qual se via o adolescente era a de que este era transgressor, descontraído, liberado, rebelde, contestador de normas. Tomava-se como referência o jovem amoral, drogado e moderno. [...] Estudos das décadas de 70 e 80 mostram que o jovem compartilha dos valores sociais, aceitando muitas vezes, sem questionar, as normas e as regras sociais, almejando status social, situação financeira estável e constituir família pelo casamento.

O conceito de adolescência enquanto sinônimo de rebeldia ainda é vigente sob a perspectiva social e, nessa ótica, os diálogos acerca da sexualidade são mais voltados para a opressão dos desejos e da expressão sexual desse público do que para a educação sexual como um todo. Foucault (1999 *apud* Queiroga e Vitalle, p. 871) concebe que essa movimentação anti-sexualidade se dá em decorrência do controle sobre os corpos, o que denomina disciplinamento.

De um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente (e os famosos controles, por exemplo, da masturbação que foram exercidos sobre as crianças desde o fim do século XVIII até o século XX, e isto no meio familiar, no meio escolar, etc., representam exatamente esse lado do controle disciplinar da sexualidade); e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a

esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. (FOUCAULT, 1999 *apud* QUEIROGA; VITALLE, 2013, p. 871).

Esse é, possivelmente, o ponto mais relevante a ser ressaltado acerca da sexualidade do adolescente: é um fato que o indivíduo descobre como exercer uma sexualidade e, nesse sentido, alcançar uma vida sexual saudável depende da orientação de responsáveis. Tendo em vista que o desejo e a libido fazem parte da natureza humana, cabe aos responsáveis propiciar ao adolescente espaços, diálogos e materiais que facilitem esse processo e vise o autoconhecimento. O que Fonseca (2004 *apud* Brêtas, 2011) afirma sobre esse tópico é que tanto a família quanto a escola devem exercer influência nesse acontecimento, ambos agindo de maneira complementar.

O diálogo é, por certo, o mais fundamental dessa educação para o adolescente. Para que o diálogo seja possível, por sua vez, não deve haver qualquer tabu, julgamento ou preconceito; assim como é essencial que o adolescente não seja reprimido – seja no que diz respeito às suas vontades ou às suas dúvidas. O que ocorre com frequência nesse processo, segundo Brêtas (2011), é que a sexualidade é abordada nos contextos escolares apenas como parte dos estudos biológicos. Dessa forma o adolescente adquire o conhecimento acerca da reprodução, mas pouco aprende sobre as outras nuances do ato sexual ou, ainda, as suas consequências². Compete, a partir disso, questionar: todos os adolescentes estão isentos da recepção da educação sexual?

Como foi abordado no início dessa subseção, os indivíduos adolescentes são diferentes entre si, apesar de pertencer a um mesmo grupo social. Há fatores que facilitam o acesso a uma educação sexual de qualidade. Esses fatores, para Brêtas (2011), podem ser destacados da seguinte maneira:

- a) Convivência com os pais;
- b) Maior nível de escolaridade; e
- c) Melhores condições socioculturais.

² Evidentemente, para além da gravidez.

Evidentemente, o que Brêtas propõe é uma adequação das dificuldades em geral que os indivíduos com baixa escolaridade, que cresceram em um ambiente familiar desestruturado e se encontram alocados nas classes sociais inferiores para o âmbito da educação sexual para o adolescente. Em outras palavras, o pouco convívio com os pais acarreta em um adolescente que não tem como referências essas figuras e, como consequência, busca orientações fora do ambiente domiciliar; maiores níveis de escolaridade propiciam um maior conhecimento sobre o tópico educação sexual; e boas condições socioculturais possibilitam o acesso aos meios de comunicação, palestras e, acima disso, o convívio com outros indivíduos que também estão interessados na troca de conhecimento.

Há uma discordância entre aquilo que afirma Brêtas e o que versa o manual técnico realizado pelo Ministério da Saúde denominado *Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes*. O trecho a seguir expressa essa diferença:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incluiu [sic] o tema Educação para a Saúde como obrigatório, a ser tratado de forma transversal por todas as áreas, incluindo tópico especial para a questão da orientação sexual. A reformulação das diretrizes educacionais em 1996 harmonizou-se com o novo conceito de saúde conectado ao social e refletiu a preocupação e a estratégia de reduzir a gravidez indesejada, a aids e outras doenças sexualmente transmissíveis na adolescência. (BRASIL, 2007, p. 36).

Se para Brêtas, alguns fatores influenciam o maior ou o menor acesso à uma educação sexual de qualidade, o Ministério da Saúde é certo quanto à orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) implementada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: a educação nacional como um todo deve construir um esforço coletivo e integrado para educar a população em idade escolar. Ademais, as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são no sentido de desenvolver continuamente um trabalho que não seja apenas informativo, mas que satisfaça as curiosidades do adolescente sem quaisquer ressalvas:

O trabalho sistemático e sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola articula-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. A existência desse trabalho possibilita

também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS de forma mais eficaz. Diversos estudos já demonstraram os poucos resultados obtidos por trabalhos esporádicos sobre a questão. (BRASIL, 1997, p. 78).

Nota-se, portanto, uma lacuna entre aquilo que a LDB e os PCN determinam e o que efetivamente ocorre com essa parcela da população. Brêtas (2011) propõe ser essencial um esforço coletivo para educar o adolescente quanto à diminuição da relação desequilibrada entre os gêneros masculino e feminino na sociedade, considerando que este é um fator influente no não uso do preservativo masculino.

Sendo a camisinha de domínio masculino, compete ao homem a decisão de usá-la ou não, mas para os mesmos ela é vista como um obstáculo ao prazer sexual. Nesta relação de poder, as adolescentes continuam sem capacidade para negociar o sexo seguro com seus parceiros, expondo-se a riscos dos quais elas têm pleno conhecimento. (BRÊTAS, 2011, p. 3255).

Tanto a anticoncepção quanto os métodos de proteção às DSTs são, portanto, instrumentos de proteção à saúde sexual do adolescente permitidos ou negados de acordo com as variáveis socioculturais e econômicas do indivíduo. A lei, por si só, não fornece quaisquer garantias da correta execução dos programas de educação sexual nas escolas. Os pais ou responsáveis legais pelo adolescente, por outro lado, não são suficientemente eficazes nessa construção sem que tenham, também, instruções para a sua ação.

2.2 O USO ABUSIVO DO CONTRACEPTIVO DE EMERGÊNCIA

Ao levar em conta o uso indiscriminado do Contraceptivo de Emergência (CE), é necessário que seja realizada previamente a regulação dos corpos. Isso se dá em razão dos prejuízos que o medicamento pode causar na saúde da mulher. Segundo Brandão et al. (2017, p. 146):

Estamos falando de corpos femininos, mas principalmente de corpos de mulheres jovens e pobres, lócus onde a reprodução é mais temida. Sob um manto aparente de preocupações sanitárias com a saúde feminina, o que se teme de fato é o pleno exercício sexual entre mulheres, jovens e pobres, que redundaria em “maternidades de risco”.

O uso indiscriminado do CE é uma realidade no Brasil. Por vezes o medicamento é uma alternativa final aos métodos contraceptivos tradicionais e, por outras, se trata de uma busca impulsiva para a resolução de uma possível gravidez indesejada. O uso prolongado do medicamento, todavia, é maléfico para o corpo feminino e pode acarretar consequências graves. Para Oliveira (2015 *apud* Da Silva Lacerda, Portela e Marques 2019) o câncer de mama, o câncer de colo uterino e a infertilidade são apenas alguns dos impactos mais notórios com a utilização desenfreada do CE.

Apesar de ser um método altamente eficaz, o uso prolongado e/ou irracional do levonorgestrel pode acarretar em grandes prejuízos à saúde da mulher, com ênfase para o câncer de mama e colo uterino, bem como diminuição da eficácia terapêutica, com possível gravidez indesejada e infertilidade. Além disso, esse método não oferece proteção para IST. Por isso, deve ser preconizado o uso com cautela e de preferência, por prescrição médica (OLIVEIRA, 2015 *apud* DA SILVA LACERDA; PORTELA; MARQUES, 2019, p. 381).

Embora as recomendações para a compra e o uso do CE sejam a exigência da prescrição médica, o que ocorre nas farmácias é o oposto disso. O que ocorre, nesse sentido, é que além dos indesejados efeitos colaterais, o uso em excesso do CE pode ter como consequência a manutenção da concepção. Para Oliveira (2015 *apud* Da Silva Lacerda, Portela e Marques, 2019, p. 384), “o levonorgestrel acaba causando inúmeros prejuízos, dentre eles a cefaleias, sensação de falta de ar, perturbação do ciclo menstrual, inchaço e elevação da pressão arterial” que, somados, provocam o efeito contrário ao desejado pela gestante.

Há uma lista de métodos contraceptivos de emergência que Casey (2020) pontua a fim de inibir ou retardar a ovulação. Para o autor, o Dispositivo Intrauterino (DIU) de cobre, o acetato de ulipristal, o levonorgestrel e o método de Yuzpe são os 4 tipos principais. Sobre o DIU de cobre, o autor afirma:

Para ser eficaz, o DIU deve ser colocado no prazo de cinco dias após ter tido relações sexuais sem proteção ou no prazo de sete dias após

a ovulação (liberação de um óvulo). A chance de engravidar após a colocação do DIU é de 0,1%, a mesma oferecida pelo DIU quando é usado como método contraceptivo tradicional. Além disso, após a colocação, o DIU pode ser deixado no lugar para fornecer contracepção contínua por até 10 anos. A eficácia de um DIU de cobre como contracepção de emergência não é afetada pelo peso. Assim, o DIU de cobre é o método preferido para contracepção de emergência para mulheres obesas com forte desejo de evitar a gravidez. (CASEY, 2020, online).

O acetado de ulipristal, por outro lado, é ingerido via oral em dose única:

[...] precisa ser tomado no prazo de cinco dias (120 horas) após ter tido relações sexuais sem proteção. A chance de gravidez é de aproximadamente 1,5%. O acetato de ulipristal é mais eficaz que o levonorgestrel para mulheres obesas, mas a obesidade diminui sua eficácia (CASEY, 2020, online).

O Levonorgestrel é, entre os métodos aqui apresentados, o mais utilizado como CE. Segundo Casey (2020, online):

É uma progestina tomada com frequência em doses menores para contracepção. O levonorgestrel é tomado oralmente. A mulher pode tomar uma dose seguida por outra, 12 horas depois. Alternativamente, ela pode tomar uma dose única mais elevada. A chance de gravidez é de aproximadamente 2% a 3%.

O Método Yuzpe, o último apresentado pelo autor, funciona da seguinte maneira:

Para este método, é utilizado um anticoncepcional oral combinado a etinilestradiol (uma forma de estrogênio) mais levonorgestrel, mas ele é levemente menos eficaz que o levonorgestrel ou o acetato de ulipristal. São tomados dois comprimidos combinados, seguido por mais dois comprimidos tomados 12 horas depois, mas no prazo de até 72 horas de ter tido relações sexuais sem proteção. Uma alta dose de estrogênio é usada. A dose elevada frequentemente causa náuseas e, às vezes, vômito. (CASEY, 2020, online).

O emprego da CE ocorre, portanto, após a concepção - ou, ao menos, com a possibilidade da concepção após o ato sexual. Isso significa dizer que os métodos são alternativas para as usuárias que, ou não buscaram a prevenção ou se

depararam com alguma situação onde os métodos contraceptivos não foram eficazes.

Braga (2016) pontua que os estudos do CE tiveram início na década de 1970 ao passo que no Brasil, até a segunda metade dos anos 1990, o mesmo resultado era obtido através da dosagem de pílulas anticoncepcionais misturadas. A pílula do dia seguinte é uma espécie de bomba hormonal (CASEY, 2020) com uma série de efeitos colaterais (DA SILVA LACERDA; PORTELA; MARQUES, 2019) e, desde a sua criação, esses efeitos adversos são observados.

Sobre o funcionamento do medicamento, Castel-Branco e Figueiredo (2007 *apud* Braga, 2016, p. 9-10) afirmam que:

Com o objetivo de impedir a gravidez, a pílula do dia seguinte (Contraceção de emergência) afeta processos fisiológicos da reprodução como mostra no Manual de Anticoncepção da FEBRASGO- Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (POLI et al., 2009). O medicamento age dependendo da fase do ciclo menstrual em que a mulher se encontra, logo se a administração do remédio for feita na fase pré-ovulatória, o fármaco consegue impedir a ovulação e assim não permite com que a fecundação ocorra, porém se o mesmo for ingerido na fase pós-ovulatória e já estiver ocorrido a junção dos gametas, a ação da pílula será a de ocasionar condições desfavoráveis para que a célula fertilizada se fixe na parede uterina, prejudicando a continuação da gravidez, entretanto, seu mecanismo de ação parece não estar bem definido.

Evidentemente o impacto do medicamento no corpo da mulher é expressivo, considerando que o método é um interventor no sistema biológico natural. O processo de inibição da ovulação e do conseqüente impedimento na fertilização provoca a decaída dos níveis hormonais e, nessa perspectiva, faz-se mister apresentar o consumo do CE a partir da perspectiva do público-alvo dessa pesquisa: as adolescentes. Cabe salientar, antes de dar prosseguimento a esse capítulo, que o CE está disponível para compra nas farmácias sem quaisquer impedimentos. Embora existam campanhas de prevenção - como é o caso da distribuição do preservativo em postos de saúde e das aulas de educação sexual - para evitar as Doenças Sexualmente Transmissíveis e a gravidez, a pílula do dia seguinte pode ser facilmente adquirida nos estabelecimentos brasileiros.

A primeira problemática acerca desse tópico é que, enquanto método pós ato sexual, o CE permite que jovens tenham certa despreocupação quanto ao uso do preservativo³. A segunda problemática é que, provavelmente, ainda que o CE evite a gravidez, nada faz para combater a disseminação das DST's. Braga (2016, p. 10) corrobora com essa visão ao afirmar que:

[...] a vida sexual tem começado cada vez mais cedo, sendo assim afirma-se que a diminuição da idade da coitarca está ligado a um número elevado de casos de DST's, o que mostra a falta de conhecimento a respeito do assunto. Esse dado também está relacionado com o Planejamento familiar, pois segundo a pesquisa de BASTOS et al. (2008), quanto mais a mulher possui estudo e entendimento sobre o tema, mais a mesma utiliza métodos contraceptivos de forma regular, fazendo com que assim, ocorra uma tendência maior de enfrentar menos gestações não planejadas, o que mostra que a maioria das usuárias do método contraceptivo de emergência, possuem pouca informação de qualidade.

Esse é, possivelmente, o ponto central acerca do uso do CE por parte das adolescentes. A falta do planejamento familiar, das informações e dos programas de saúde acessíveis e com qualidade são determinantes para a existência do quadro. Fazer uso de um método contraceptivo que causa uma alteração tão significativa na fisiologia do ciclo menstrual (BAGNOLI et al., 1994 *apud* BRAGA, 2016) reflete muito mais um erro no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas que tenham como objetivo minimizar a situação do que o pensamento das adolescentes acerca de tal método.

[...] os fatores que auxiliam no acontecimento de uma gravidez indesejada são de forma principal o fato dos casais quererem uma quantidade cada vez menor de filhos, não sendo todos que utilizam os métodos contraceptivos disponíveis e as relações sexuais involuntárias, caracterizadas pela violência e por pressão exercida pela sociedade para que a vida sexual se inicie cedo, dessa forma a decisão em relação ao que deve ser feito depois de uma concepção gera inúmeras consequências, como o impedimento dessa gravidez. (PEDROSO, 2012 *apud* BRAGA, 2016, p. 15).

³ Sob essa lógica, descarta-se o preservativo pois a gravidez pode ser evitada com a pílula do dia seguinte.

Há uma diversidade de fatores que acarretam na gravidez indesejada e, como consequência, à utilização do CE para reverter uma situação inesperada. Todavia, há divergências quanto ao tema no âmbito da literatura científico-acadêmica. Sgreccia (2006 *apud* Braga, 2016, p. 15) ressalta que a pílula do dia seguinte é um método abortivo uma vez que seja “a expulsão espontânea ou provocada do embrião ou feto de menos de 500g de peso ou de até 20 semanas de idade gestacional” face à inexistência de qualquer possibilidade de sobreviver fora do corpo da gestante. Por outro lado, segundo o exposto no manual técnico *Anticoncepção de emergência: perguntas e respostas para profissionais de saúde*, elaborado e divulgado pelo Ministério da Saúde, não há efeito abortivo porquanto não há “evidências de alterações no endométrio que possa interferir na implantação” (BRASIL, 2010, *apud* BRAGA, 2016, p. 16).

2.3 RISCOS À SAÚDE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência ficou evidenciada enquanto problema público entre os anos 1990 e 2000, quando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da maternidade brasileira atrelada à faixa etária foi divulgado. Entre os anos 1991 e 2000, o número de mães com menos de 19 anos saltou de 470 mil meninas para 657 mil (MACEDO, 2021). A estimativa para o ano de 2021 é que esse quantitativo prossiga aumentando em continuidade ao fenômeno denominado rejuvenescimento da fecundidade, que ronda o Brasil desde os anos 1980 (MACEDO, 2021).

[...] é a gravidez uma experiência esperada ou desejada na adolescência? O que ela revela? Quais suas consequências? O interesse pelo assunto é decorrência, em boa parte, do aumento das preocupações que tem havido em torno das questões que envolvem a adolescência, que não se define apenas a partir de critérios etários ou biológicos (Oliveira, 2008). Ela é, antes de tudo, um fenômeno social, um nome que se dá a um período do desenvolvimento no qual certas expectativas sociais recaem sobre os indivíduos e configuram

um modo de ser adolescente, fruto da conjugação de transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais pelas quais passam as pessoas. (DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 123).

O questionamento acima, realizado por Dias e Teixeira (2010) propicia a compreensão da gênese do fenômeno da gravidez na adolescência. Ao menos, dá o início de um caminho a ser percorrido pelo leitor. Algumas reflexões devem perpassar por um outro fenômeno antes de dar continuidade a essa pesquisa: o da adultização.

A adolescência é biopsicologicamente, socialmente e culturalmente uma fase intermediária. O indivíduo adolescente é, ao mesmo tempo, uma ex-criança e um futuro adulto. Erikson (1976 *apud* Dias e Teixeira, 2010) afirma que os processos de industrialização e urbanização rearticularam os modos de vida da sociedade⁴, e foi nessa sequência que a adolescência passou a ser um período transicional. Até a Idade Moderna, vale lembrar, a infância e a idade adulta se esbarravam no decorrer da vida dos indivíduos. Ademais, o aumento na expectativa de vida também contribuiu para que essa fase se torna um período intermediário para os indivíduos.

Conforme Erickson (1976 *apud* Dias; Teixeira, 2010, p. 124) afirma:

Observa-se que, com o aumento da industrialização e da urbanização na sociedade ocidental moderna, esse período da vida entre a infância e a vida adulta passou a ser entendido como uma etapa de transição, onde a preparação para o trabalho (através da escolarização) e a construção de um senso pessoal de identidade seriam elementos centrais.

Ainda segundo os pressupostos de Dias e Teixeira (2010), a gravidez na adolescência é algo indesejado uma vez que interrompe os processos de desenvolvimento do sujeito. A gestação é um entrave para a consecução dos estudos da mãe adolescente que tem, nesse momento – e, por certo, ao menos durante os primeiros anos de vida da criança -, a urgência em adiar os planos de vida. Em razão da existência desse problema individual em larga escala concebeu-se, então, que este se trata de um problema público. Enquanto problema público,

4 Embora não esteja explícito no trecho ao qual nos referimos, as revoluções industriais e os processos de modernização podem ser compreendidas como as principais propulsoras desse processo.

por sua, cabe ao Estado organizar e implementar estratégias para a sua minimização.

Há evidências de que gestantes adolescentes podem sofrer mais intercorrências médicas durante gravidez e mesmo após esse evento que gestantes de outras faixas etárias. Algumas complicações como tentativas de abortamento, anemia, desnutrição, sobrepeso, hipertensão, (pré)eclampsia, desproporção céfalo-pélvica, hipertensão e depressão pós-parto estão associadas à experiência de gravidez na adolescência. (DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 124).

Formatado: Espaçamento entre linhas: simples

Em meio às discussões acerca da gravidez na adolescência, autores tais como Caputo e Bordin (2007 *apud* Dias e Teixeira, 2010) assumem que tal fenômeno está correlacionado com os comportamentos de risco, como é o caso do uso das drogas ilícitas e do álcool, não apenas no que diz respeito à adolescente gestante, mas também com um impacto nocivo ao feto de forma deliberada. Algumas adolescentes, de acordo com os autores, sequer aceitam passar pelo acompanhamento pré-natal, tratamento essencial para a uma gestação saudável. Esse comportamento sugere, sob a perspectiva dessa pesquisa, duas possibilidades: a) a gestante não possui ciência sobre os riscos e, por isso, possui esse comportamento; e b) a gestante possui o devido conhecimento, porém não está inclinada a executar as ações necessárias.

De uma ou outra forma, o fato é que tanto a saúde da gestante quanto a saúde do feto correm riscos. Todavia, alguns fatores externos são determinantes para o comportamento de risco da gestante adolescente:

Em termos sociais, a gravidez na adolescência pode estar associada com pobreza, evasão escolar, desemprego, ingresso precoce em um mercado de trabalho não qualificado, separação conjugal, situações de violência e negligência, diminuição das oportunidades de mobilidade social, além de maus tratos infantis. (ALMEIDA; AQUINO; BARROS, 2006 *apud* DIAS; TEIXEIRA, 2010, p. 125).

As considerações acerca da pobreza como determinante do comportamento de risco podem ser associadas tanto ao desconhecimento quanto à total ausência de perspectivas por parte da adolescente. Ora, em uma situação na qual uma adolescente com baixa renda vê as suas possibilidades de estudo e trabalho

limitadas, é possível conceber a ausência da perspectiva sobre um futuro ideal como algo que beira a obriedade. Além desse âmbito - que requer, por certo, uma observação quase lúdica da situação - as condições precárias associadas à pobreza influenciam todo o modo de vida dessa gestante adolescente. Em síntese, se a pobreza possui como consequência a ausência de saneamento básico, de serviços assistenciais e de saúde, baixa escolaridade e alimentação para a população pobre no geral, uma gestante grávida não está isenta dessas mazelas.

3 METODOLOGIA

Este presente trabalho utilizou-se de uma revisão de literatura, através de pesquisa descritiva de caráter qualitativa e pesquisas bibliográficas, onde foram analisadas literaturas publicadas, com o intuito de traçar um quadro teórico. Desta forma foi possível realizar a estruturação conceitual e, com isso, ter a sustentação ao desenvolvimento da pesquisa realizada.

3.1 LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a elaboração e a escrita deste trabalho, foram realizadas pesquisas de artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. As bases de dados eletrônicas utilizadas para pesquisa bibliográfica foram o Google Acadêmico e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

3.2 PESQUISA DE PUBLICAÇÕES

A pesquisa de bibliografias para a elaboração deste trabalho utilizou-se dos seguintes descritores: “gravidez na adolescência”, “contracepção de emergência”, “sexualidade” e “saúde pública”, onde toda a literatura pesquisada e estudada foi relacionada ao tema de estudo.

Na amostragem de artigos, os trabalhos selecionados foram escolhidos através de variável de interesse, onde se totalizaram 9 artigos publicados entre o período de 2010 a 2019. Através de leitura criteriosa e análise dos dados descritos, foi utilizada a literatura que atendia aos critérios relacionados ao objetivo deste trabalho.

Tabela 1 – Literatura Utilizada

Nome do autor (data)	Título	Resultados obtidos
BRAGA (2016)	Efeitos do uso da contracepção de emergência: revisão de literatura	A pesquisa conclui que é necessário ter cautela no uso da contracepção de emergência, uma vez que o exagero no emprego do método pode trazer consequências graves para a saúde da mulher.
BRANDÃO, et al. (2017)	Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidades e saberes em jogo	A pesquisa aponta que o perfil majoritário de compradores de remédios de contracepção de emergência é composto por mulheres jovens após relações sexuais desprotegidas. Ainda, 50,8% dessas mulheres apresentam constrangimentos ao comprar o medicamento. Dos 383 farmacêuticos entrevistados para a realização da pesquisa, 87,7% apontam o perigo do uso do medicamento para a saúde da mulher.
BRÊTAS et al. (2011)	Aspectos da sexualidade na adolescência	O estudo apresenta dados a respeito das diferenças entre os gêneros masculino (M) e feminino (F) na adolescência. Os resultados são expostos da seguinte maneira: a) busca por informações sobre a sexualidade – 67% M, 71% F; b) Tem os pais como fonte de informações sobre a sexualidade – 31% M, 36% F; c) Tem os amigos como fonte de informações sobre a sexualidade – 24% M, 31% F/ d) Quanto à prática do ato de masturbação – 53% M, 12% F; e) Considera a virgindade importante – 66% M, 91% F; f) Possui vida sexual ativa – 39% M, 17% F; e g) Dos jovens com vida sexual ativa, 77% M e 84% F utilizaram preservativos.
DA SILVA LACERDA, PORTELA e MARQUES (2019)	O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura.	Dos sete artigos utilizados nesta revisão sistemática da literatura, avaliadas quatro variáveis: idade (I), escolaridade das mulheres (E), religião (R) e conhecimento sobre o uso do contraceptivo de emergência (C). Como resultados, obtém-se: a) I = acima de 18 anos; b) E meninas frequentadoras do ambiente escolar ou com

		nível de escolaridade demarcado em ensino médio completo; c) R = católicas; e d) C = as mulheres em geral possuem algum conhecimento acerca do contraceptivo de emergência, embora aponte-se que a maior parte desconheça os riscos do uso exagerado do medicamento.
DE SOUSA e CIPRIANO (2019)	Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas	Faixa etária das usuárias dos contraceptivos de emergência (CE) entre 16 e 30 anos, com renda inferior a três salários mínimos. Entre os motivos para o uso do CE, destacam-se a falta de confiança em outros métodos contraceptivos e a ausência do uso do preservativo nas relações sexuais.
DIAS e TEIXEIRA (2010)	Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo	Conclui que o fator classe social é um determinante para compreender os aspectos negativos e positivos da gravidez na adolescência. Considera ainda que há casos em que as adolescentes compreendem a maternidade como uma passagem para a vida adulta.
GONÇALVES et al. (2015)	Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde	Os resultados apontam para a prevalência de iniciação sexual em adolescentes com menores níveis de escolaridade e renda. Entre as adolescentes do gênero feminino, 30% não utilizaram métodos contraceptivos. Observa-se ainda que os adolescentes do gênero masculino possuem mais parceiros (as) sexuais em comparação ao gênero feminino.
PAIVA e BRANDÃO (2012)	Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura	A adoção dos medicamentos de contracepção de emergência (CE) é avaliada de maneira positiva por farmacêuticos e usuários. Considera ainda que nos países que adotaram a política há uma movimentação a favor da educação sobre a saúde sexual e a contracepção. No Brasil, por outro lado, aponta-se que a venda ocorre de maneira indiscriminada, sem a orientação profissional ou a exigência da receita.
QUIROGA e VITALLE (2013)	O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do	Concebe como fundamental assumir a adolescência enquanto etapa do desenvolvimento dos sujeitos, descartando a noção generalizada que compreende a adolescência como uma fase de

	contexto histórico.	turbulências.
--	---------------------	---------------

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa pesquisa, concebe-se que o CE é um método utilizado como último recurso para os casos de gravidez indesejada. No que diz respeito ao público adolescente, o uso exagerado do método está relacionado a fatores externos – tais como os baixos níveis de educação, educação sexual, renda econômica e acesso a um sistema de saúde de qualidade – e individuais, tais como a pressão social e o início precoce da atividade sexual.

O desconhecimento é, por certo, o fator mais determinante para o uso em excesso do CE que, por sua vez, causa danos biológicos na saúde feminina e, por vezes, não é eficaz para o impedimento da gravidez. A pesquisa também encontrou divergências na literatura acadêmico-científica quanto ao fator abortivo do CE porquanto alguns autores concordem que trata-se de um aborto induzido, ao passo que outros discordam.

Os objetivos determinados para a realização da pesquisa foram alcançados uma vez que investigou-se a utilização de contraceptivos entre os adolescentes, refletiu-se acerca das influências sociais no fenômeno da gravidez na adolescência, compreendeu-se os riscos do uso descontrolado do contraceptivo de emergência para a saúde dos corpos femininos e relacionou-se os problemas de saúde a curto, médio e longo prazos causados pelo uso indiscriminado de contraceptivos de emergência.

A pesquisa elencou 9 artigos científicos encontrados nas bases de dados Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e expôs os seus resultados de maneira qualitativa. Conclui-se, com o final da presente pesquisa, que esta pode servir como base para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Paula da Costa. **Efeitos do uso da contracepção de emergência: revisão de literatura.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9031/1/21302854.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

BRANDÃO, Elaine Reis et al. Os perigos subsumidos na contracepção de emergência: moralidades e saberes em jogo. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 131-161, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832017000100131&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 26 de maio de 2021.

Brêtas, José Roberto da Silva et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2011, v. 16, n. 7 [Acessado 24 Maio 2021] , pp. 3221-3228. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/frXq7n3jXMmhzSmJqRWPwnL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

CASEY, Frances. **Contracepção de emergência.** 2020. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/problemas-de-sa%C3%BAdefeminina/planejamento-familiar/contracep%C3%A7%C3%A3o-de-emerg%C3%Aancia>. Acesso em 26 de maio de 2021.

DA SILVA LACERDA, Jaciane Oliveira; PORTELA, Fernanda Santos; MARQUES, Matheus Santos. **O Uso Indiscriminado da Anticoncepção de Emergência: Uma Revisão Sistemática da Literatura.** ID on line Revista de Psicologia, v. 13, n. 43, p. 379-386, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/1541/2275>. Acesso em 26 de maio de 2021.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 20, n. 45, p. 123-131, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/nFLk3nXXsjWvSBndk6W5Ff/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

GONÇALVES, Helen et al. Início da vida sexual entre adolescentes (10 a 14 anos) e comportamentos em saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 18, n. 1, pp. 25-41. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbepid/a/GSnQqG67q3MJcqpKXCfGCVv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

Marcelino, Gileno. Economia brasileira. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. 2003, v. 7, n. 3 [Acessado 24 Maio 2021] , pp. 221-224. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rac/a/Qd9PVDnmWkB4f9rnfgCmsxg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

PAIVA, Sabrina Pereira, BRANDÃO, Elaine Reis. Contracepção de emergência no contexto das farmácias: revisão crítica de literatura. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 22 [1]: 17-34, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v22n1/v22n1a02.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.

Quiroga, Fernando Lionel e Vitale, Maria Sylvia de Souza. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2013, v. 23, n. 3, pp. 863-878. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/physis/a/8F4JDSPHQtkqzmYCWrsz9Rf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 de maio de 2021.

DE SOUSA, Luzilene Gomes; CIPRIANO, Vivian Taís Fernandes. Contraceptivo oral de emergência: indicações, uso e reações adversas. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 22, p. e665-e665, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/665/380>. Acesso em 26 de maio de 2021.

VIEIRA, Leila Maria et al. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil** [online]. 2006, v. 6, n. 1, pp. 135-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbsmi/a/SBSgzFtrVnCbJzZjggDWgLnv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de maio de 2021.